



Relação entre Educação e Fonoaudiologia é antiga e há quem defenda uma próxima relação de parentesco entre as duas áreas.

Segundo BERBERIAN (2000) no final do século XIX iniciou-se uma tentativa de normatizar a língua portuguesa e essa manifestação continuou até a década de 30, quando os agentes sociais falavam em distúrbios de linguagem referindo-se às variações dialetais expressas na fala dos imigrantes e, também, às variações contidas na fala dos próprios brasileiros que vinham de diferentes regiões do país para os centros urbanos.

Nessa época a educação da fala foi incluída no currículo escolar e, em vários cursos de formação de professores foi introduzida a matéria metodologia da linguagem. Aos poucos os professores, junto aos outros profissionais que receberam a função de limpar a língua, ou seja, de fazer com que todos falassem da mesma forma, foram se especializando e passando a ser terapeutas, nascendo a Fonoaudiologia. Segundo o Conselho Regional de Fonoaudiologia de São Paulo, os primeiros cursos de Fonoaudiologia surgiram na década de 60 e nos anos 70 tiveram início os movimentos pelo reconhecimento dos cursos e da profissão. Foi sancionada em 9 de dezembro de 1981, pelo então presidente João Figueiredo, a Lei nº 6965, que regulamentou a profissão de Fonoaudiólogo.

Atualmente, sendo Fonoaudiologia e Educação duas áreas distintas e bem delimitadas, muito se discute sobre a importância de um diálogo entre elas.

Ainda hoje, os pais de crianças que apresentam atraso no desenvolvimento da fala e/ou da linguagem são aconselhados a matriculá-las na escola para que sejam estimuladas. É também da escola que sai o maior número de encaminhamentos para acompanhamento fonoaudiológico. Em razão da realidade sócio-política do Brasil, muitas crianças ficam por longos anos em filas de espera para serem avaliadas e, sendo o fonoaudiólogo proibido de prestar atendimento em escolas que não sejam de atendimento especial, muitos encaminhamentos não têm continuidade e retorna à escola a responsabilidade de lidar com as dificuldades do aluno.

O que as duas áreas poderiam fazer para que as dificuldades de linguagem fossem detectadas o mais precocemente possível, para que os encaminhamentos realizados pela escola fossem concluídos e, finalmente, para que fosse minimizado o impacto da linguagem no desenvolvimento escolar da criança? Conversar! Mas conversar sobre o que? Em minha opinião, Educação e Pedagogia poderiam iniciar seu diálogo tentando compreender como cada uma delas enxerga um mesmo alvo: a linguagem.

Sim, porque parece um equívoco julgar que os profissionais estabelecem entre si uma comunicação plena e clara em todos os momentos. O que salta aos olhos (ou aos ouvidos) de alguém pode divergir da interpretação feita pelo outro. BEFI-LOPES (2003) apontou que o processo de identificação da alteração é motivo de controvérsia entre diversos profissionais em razão de uma falta de exatidão no estabelecimento do que vem a ser linguagem (e desordem de linguagem) e, também, em consequência das variações inter-sujeitos.

Para MARTIN e MILLER (1996) diferentes valores são atribuídos ao uso da interação verbal, porém, ressaltaram que é importante ter claro o que é uma variação normal e o que é realmente um problema. As autoras concordaram que há diferenças na maneira de se

compreender e falar sobre fala e linguagem e essas diferenças vão depender da área em que o profissional se encaixa.

Para minha dissertação de mestrado selecionei dois aspectos da linguagem - a fonologia e o vocabulário - e verifiquei a maneira como eles são percebidos pelas educadoras de uma creche de Santo André-SP. A fonologia (como a criança percebe e produz os fonemas da língua) e o vocabulário (as palavras conhecidas e usadas pelas crianças) foram escolhidos primeiramente por serem bastante precoces no desenvolvimento infantil e, segundo, porque já é reconhecida a importância dessas duas habilidades em etapas mais posteriores do desenvolvimento como a leitura e a escrita (CUNHA e CASTRO, 1978; STACKHOUSE, 2004; SNOWLING, 2004; STAHL, 2003). Essa pesquisa, que contou com a participação de 123 crianças de três a cinco anos e sete educadoras, mostrou que a maneira como fonologia e vocabulário interferiram na percepção das educadoras variou com a idade das crianças. Parece haver uma tendência de se tolerar as falhas de produção do som da língua quando realizadas por crianças de três anos mesmo que essas já devam ter cumprido e superado determinadas etapas de aquisição.

Ao contrário, para as crianças mais velhas, principalmente aos cinco anos, a maneira como a criança produz a palavra é valorizada em detrimento da quantidade de palavras produzidas. Uma vez que fonologia e vocabulário, como dito anteriormente, são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades posteriores como a leitura e a escrita, seria importante um esclarecimento aos educadores sobre as etapas de aquisição de linguagem.

Os resultados encontrados vêm apenas reforçar a necessidade de haver trocas sistemáticas de experiências entre os profissionais das duas áreas em questão. Havendo um diálogo constante via meios de divulgação, a criança só tem a ganhar: encaminhamentos precisos, diagnósticos precoces, atendimento quando necessário ou apenas uma ação conjunta entre fono-escola-família para minimizar pequenos atrasos, tudo isso otimizaria a vida sócio-escolar das crianças.

Fonte: Rita de Cássia Alves Limissuri Fonoaudióloga; Mestre em Semiótica e Lingüística Geral pela Universidade de São Paulo; Pós-graduanda em Psicolingüística no LSCP/ENS - Paris, França.